



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA,
TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DESTINADA A APRECIAR A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
FISCAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, REFERENTE AO 1º
QUADRIMESTRE DE 2023

EM: 12.09.2023

INÍCIO: 14h45min

PRESIDENTE: SRA. IEDA CHAVES

MEMBROS: SR. CÁSSIO GOIS

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, aos 12 dias do mês de setembro de 2023, às 14 horas e 45 minutos, declaro aberta a Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2023.

Neste momento, registramos a presença do Senhor Deputado Cássio Gois e agradeço a presença da equipe técnica de Contabilidade-Geral do Estado e convido-os para tomar assento à Mesa.

Boa tarde. Solicito ao senhor Ednaldo que faça uso da palavra referente à Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Governo do Estado de Rondônia referente ao 1º Quadrimestre de 2023. A aludida documentação está em conformidade com a disposição contida no § 4º, art. 9º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e apta para discussão.

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Boa tarde. Meu nome é Ednaldo Sodré. Sou da Contabilidade-Geral do Estado e vim acompanhado da Daniele e da Milena, parte da diretoria, e somos responsáveis pela divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bem como o Relatório de Gestão Fiscal do Governo do Estado de Rondônia.

Vamos iniciar o nosso resumo.

(Apresentação de slides)

O objetivo desta Audiência é basicamente tratar dos principais indicadores que fomentam a questão fiscal do Estado. Então, a gente vai navegar pelo orçamento, pelo Resultado Primário, Resultado Nominal e toda parte da execução focando mais nos pontos mais relevantes. O relatório detalhado de como ocorreu essa execução foi enviado a esta Comissão. Então, qualquer dúvida ou qualquer sugestão pode

ser encaminhada também para a Contabilidade-Geral para que a gente possa melhorar também a qualidade dessa informação.

Então, o governo iniciou – isso incluindo o Poder Executivo e demais Poderes –, a nossa dotação inicial iniciou o ano com R\$ 13,9 bilhões de dotação atualizada, bem como há uma previsão de arrecadação atualizada de R\$ 13,4 bilhões. Isso que foi enviado no início do ano e já sofreu essas alterações de créditos adicionais. Esse é o valor, esse é o montante final até o último quadrimestre. Provavelmente, no próximo, vai ter mais atualizações. Pode passar o slide.

Vamos tratar agora do Balanço Orçamentário. Esse Balanço Orçamentário, basicamente, pega tudo o que foi empenhado no governo e confronta com tudo que foi realizado, isso de forma geral.

Como estamos hoje? Nós temos uma arrecadação de R\$ 4,4 bilhões e uma despesa executada de R\$ 3 bilhões, o que gera um resultado orçamentário superavitário de R\$ 1 bilhão. Pode seguir.

Essa é uma análise do que foi arrecadado pegando as principais receitas do Estado. Então ali, no montante geral, nós temos 42% da receita arrecadada é de impostos, taxas e contribuições; 42% relativo às transferências correntes, que estão, normalmente aí vai estar a transferência da União; 3% ali dos demais; 2%; e 5%, que é mais importante aí é o foco entre impostos, taxas e contribuições, e em segundo lugar ali – que está, na verdade, nem em segundo, está igual ali – 42% das transferências correntes. E isso em um detalhamento do que está compondo esses 42%, que seria ali o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPVA (Imposto sobre propriedades de Veículos Automotores), ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), Imposto de Renda, taxas. Já as transferências incluem FPE (Fundo de

Participação dos Estados e do Distrito Federal), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), CIDE (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico), recursos do SUS, está todo nesse montante. Pode passar.

Daquela composição, a gente resolveu destacar quais são as três receitas, o "top três", de receitas que são arrecadadas pelo Estado. Começamos com o ICMS, que arrecadou até o primeiro quadrimestre R\$ 1 bilhão; o Imposto de Renda, R\$ 223 milhões; e o IPVA, R\$ 100 milhões.

Fazendo um destaque melhor de comparação do ICMS, sempre tratando 2023 comparado com 2022. Então, do ICMS o valor arrecadado em 2023 foi aquele R\$ 1,06 bilhão, que em comparação a 2022 representa ali uma variação de 11% negativo. Já em relação ao previsto, que foi aprovado na Lei, tem 27% do previsto, já foi arrecadado.

Já o Imposto de Renda teve uma arrecadação de R\$ 223 milhões. Em comparação com 2022, já é um aumento de 50%, então arrecadou um pouco mais. E em relação ao previsto são 36%. Esses R\$ 223 milhões representam 36% do que é aprovado na LOA (Lei Orçamentária Anual).

O FPE em 2023, o valor arrecadado em caixa mesmo, R\$ 1,7 bilhão, que em comparação com o ano de 2022 representou uma variação positiva de 15%, ou seja, um aumento na arrecadação. E quando a gente compara esse valor em relação ao previsto, ele já arrecadou 38% do previsto.

Por último, IPVA, R\$ 100 milhões, valor arrecadado. Em comparação com 2022, houve um acréscimo de 35% em relação ao previsto está quase a metade, está 47%.

Pode passar o slide, por favor.

Já vamos entrar com a Despesa.

Da mesma forma, vamos entrar nos principais: 49% da despesa total do Estado refere-se a Pessoal e Encargos Sociais; já os outros 37% seriam as Outras Despesas Correntes. As demais, 5%, 8% e 1% são (respectivamente) Despesas de Capital, Despesas Intraorçamentárias e Juros e Encargos da Dívida. Então, o maior volume de despesa do Estado ainda está na Folha Pagamento e os seus encargos sociais, que é 49%. Pode seguir (o slide), por favor.

Aqui começamos a navegar a respeito dos Limites. Então, nós temos os Limites Constitucionais e Legais, com Aplicação com Educação, Aplicação com Saúde e o Limite com Pessoal. Então, hoje, qual é o mínimo que a gente espera? O Limite Constitucional. Nós temos uma aplicação de 25% da receita arrecadada, nós temos que aplicar com Educação. Até o 1º quadrimestre, nós temos um valor aplicado de 21,82% com Educação. Então, está abaixo do limite, mas, normalmente, até o final do ano isso é cumprido, é sempre um pouco mais.

Mesma coisa: na Saúde, nós temos um Limite Constitucional, é o mínimo de 12% e hoje nós temos o Valor Aplicado aí de 11,32%. Pode seguir (o slide), por favor.

Começamos ali com a Despesa com o Pessoal: nós temos o Limite de Alerta, que representa 44,10%; o Limite Prudencial, 46,55%; e o Limite Máximo de 49%. Quanto está o Limite da Despesa com Pessoal? Hoje, ele está em 39,43%, ou seja, abaixo até do Limite de Alerta, muito abaixo. Então, está cumprindo com os Limites.

Ali começamos com as Metas, as Metas Estabelecidas na Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO, tanto para Resultado Primário, Resultado Nominal. Resultado Primário basicamente é como se fosse um salário sem pegar empréstimo de ninguém, em teoria, e esse salário será que o Estado consegue pagar essa despesa sem depender de terceiros? Essa seria a ideia

do Resultado Primário. E o Resultado Nominal são as dívidas de longo prazo, e aí tem-se as Metas que são estabelecidas pela LDO. Pode seguir (o slide), por favor.

Então, para o Resultado Primário nós temos uma Receita arrecadada, ou seja, como se fosse uma espécie de receitas líquidas, sem depender de terceiros, de R\$ 3.8 bilhões. Já as Despesas Primárias, em R\$ 3.2 bilhões. Então, nós temos um superávit de R\$ 595 milhões. Em resumo, significa que o Estado, sem depender de terceiros, somente com as Receitas próprias, consegue se financiar. Ele não depende de ninguém. E a Meta para esse resultado é de R\$ 625 milhões.

Resultado Nominal são as dívidas de longo prazo. A Meta da LDO é de R\$ 540 milhões e nós temos a Variação da Dívida Fiscal Líquida de R\$ 372.565.729,72 bilhões negativas, que é a variação do ano. Significa que houve uma diminuição de dívida nesse período.

E assim terminamos o nosso resumo da execução orçamentária, bem como da gestão fiscal. Se precisar de mais alguma informação, nós temos o nosso endereço de e-mail, nós temos o nosso canal no YouTube e Instagram, que vocês podem mandar qualquer tipo de dúvida e a gente está aqui também para esclarecer qualquer dúvida neste momento.

É isso.

O SR. CÁSSIO GOIS - Boa tarde. Deputado Cássio.

Quando o senhor trouxe essa apresentação para nós, eu fiquei atento à questão do Imposto de Renda, e eu gostaria só que você trouxesse a explicação do mecanismo, porque o Imposto de Renda é um tributo federal e depois é feito o repasse para o Estado de Rondônia? Eu só queria entender se é semelhante ao que é feito com o IPVA, que é dividido em

50% para os municípios e os outros para o Estado. Porque eu vi que houve um crescimento muito grande, e eu queria entender se isso se deu à rigidez da legislação em relação ao imposto, que você deve quando você declara o seu Imposto de Renda, ou se é algum crescimento em relação ao Estado, que está com um pouco desemprego... só para a gente entender o crescimento do Imposto de Renda e o repasse que o governo federal faz e o formato.

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Bom, apesar de ser um imposto federal, quando se trata da questão tributária hoje, esse imposto não é transferido para a União, ele pertence à receita do Estado. Então, toda a retenção de Imposto de Renda do servidor, ele vira receita do Estado, nem transita esses valores pela União. Então, qualquer serviço prestado de serviço de terceiros, bem como os servidores, todo esse imposto fica no Estado, nem transita pela União. Ele só declara.

O SR. CÁSSIO GOIS - Então, tá. E a iniciativa privada também?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Sim, qualquer tipo de...

O SR. CÁSSIO GOIS - O empresário que declara também fica para o Estado?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Agora teve uma mudança na legislação do Imposto de Renda relativa a serviços. Então, hoje, o Estado tem, em determinados tipos de serviços, a obrigação de reter na fonte, ou seja, antes de pagar o fornecedor, ele já retém a parte do Imposto de Renda. Então, quando tem esse tipo de serviço que o fato gerador já é na fonte aqui antes de transferir, esse recurso já fica para o Estado.

O SR. CÁSSIO GOIS - Eu entendi. Mas, esse crescimento dos 50%, ele é habitual, ele acontece a cada ano, está crescendo 50% a cada ano? Ou esse ano, entre 2022 e 2023, que aconteceu isso, de essa arrecadação subir 50%?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Eu não me lembro muito bem do histórico. Mas, como está comparado com os primeiros quatro meses do ano passado, provavelmente tenha um... é porque tem também o crescimento vegetativo da Folha, tem inúmeras coisas, teve os PCCRs (Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração) que foram aprovados. Então, isso naturalmente gera um crescimento.

O SR. CÁSSIO GOIS - Foi a organização dos servidores mesmo que gerou esse acréscimo?

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Provavelmente seja isso, mas eu não tenho como dar certeza porque não entramos a fundo, só comparamos o de 2022, mas qualquer tipo de informação a gente pode detalhar.

O SR. CÁSSIO GOIS - Tranquilo. Para mim, Deputada, está superado.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Gostaria de parabenizar a equipe pela apresentação, pela forma muito clara e objetiva como foi apresentada para a gente, de uma forma que todos conseguem entender esse resumo. E, é claro que, se alguém quiser se aprofundar, também tem a fonte para procurar. Então, somente agradecer e parabenizar.

O SR. EDNALDO GOMES DE PAIVA SODRÉ - Obrigado.

A SRA. IEDA CHAVES (Presidente) - Vamos encerrar. Então, neste momento, nada mais havendo a tratar, está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 15 horas)

(Sem revisão dos oradores)